FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 18/11/2022 - 05:59

Lula tensiona Mercado, Mantega sai, e PT revê PEC

PT cederá em exceção permanente para Bolsa Família, mas exige 4 anos

Movimento vem após reações negativas ao discurso fiscal de Lula; Mantega deixa equipe de transição

BRASÍLIA O governo eleito planeja ceder para tentar aprovar a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, mas não abre mão de que o aumento de gastos tenha validade de quatro anos — todo o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Há uma orientação para não negociar um prazo menor, sobretudo no Senado. A intenção é aprovar a medida na Casa com uma boa votação para que ela chegue com força à Câmara.

A sinalização de rever a PEC acontece após mais um pregão negativo nos mercados financeiros, que reagem ao discurso de Lula considerado negligente em relação à situação fiscal do país. E no mesmo dia em que Guido Mantega (Fazenda) anunciou sua renúncia à equipe de transição de governo.

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB) Adriano Machado - 16.nov.22/Reuters

O ex-ministro da Fazenda tem a imagem desgastada entre investidores, em razão de sua gestão desenvolvimentista nos governos Lula e Dilma.

Alguns aliados do petista dizem que, se fosse para aprovar uma medida por apenas um ano, não seria necessário o desgaste para aprovar uma PEC, que exige 308 votos na Câmara e 49 votos no Senado.

Uma ala do centrão e partidos que ainda negociam adesão ao governo eleito têm ampliado a articulação para que o Congresso aprove a medida apenas para o primeiro ano do novo governo. A avaliação é que o Legislativo perderá poder de barganha se autorizar o aumento de despesas por todo o mandato do petista.

Para tentar costurar um acordo no Senado, por onde a PEC começará a tramitar, o PT conta com o apoio do presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Alcolumbre foi presidente do Senado entre 2019 e 2020. A eleição dele ao comando da Casa foi sustentada por aliados do presidente Jair Bolsonaro, mas o senador conseguiu renovar o mandato em outubro com o apoio do PT do Amapá e tem feito acenos ao partido.

O parlamentar conversou pessoalmente com alguns senadores durante o feriado da República, e disse que pretende procurar os 27 integrantes da CCJ para articular a aprovação da proposta.

Na quarta (16), ele assumiu a linha de frente na reunião com o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), que apresentou a versão preliminar da PEC no Senado. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estava no Egito, na COP27.

O plano inicial do PT, segundo articuladores, era que a PEC fosse votada direto no plenário do Senado, mas Alcolumbre pediu que o texto seguisse o rito normal e passasse primeiro pela CCJ. Com isso, o senador ganha poder de negociação e passa a ter créditos com o governo eleito.

No encontro, ele informou aos aliados de Lula que boa parte do Congresso preferiria o prazo de um ano e indicou que trabalharia para ajudá-los a passar a proposta com quatro anos.

Alcolumbre e o senador Alexandre Silveira (PSD-MG) têm sido apontados como potenciais relatores da PEC. O nome do senador mineiro seria mais forte, no entanto, pela proximidade com o presidente do Senado, na avaliação de parlamentares.

A intenção do governo eleito é aprovar o texto na CCJ e no plenário do Senado no mesmo dia, na última semana de novembro. Petistas afirmam que é preciso garantir votação expressiva na comissão para que a PEC seja levada ao plenário à tarde com força.

Pelas contas do PT, seria possível garantir, no mínimo, o apoio de 16 dos 27 integrantes da comissão. Reservadamente, interlocutores de Lula afirmam, no entanto, que o número poderá ser bem maior, e que a base de Bolsonaro terá dificuldades para votar contra uma medida que envolve o Bolsa Família.

O plano do partido é falar individualmente com todos os membros da CCJ e aproveitar o esforço concentrado do Senado, na semana que vem, para buscar os demais senadores, incluindo o filho mais velho do presidente, Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A tarefa de conversar com os senadores foi dividida entre o líder da sigla no Senado, Paulo Rocha (PT-PA), o senador eleito Wellington Dias (PT-PI) — escalado para negociar o Orçamento de 2023 — e o senador Jaques Wagner (PT-BA).

A ideia é deixar claro que o debate, a partir de agora, após a apresentação da minuta da PEC, não estará restrito ao PT, e que o texto é apenas um esboço. Cada senador, segundo um dos interlocutores de Lula no Congresso, será tratado como uma "instituição".

Rocha, por exemplo, ficou com a missão de falar com o líder do governo Bolsonaro, Carlos Portinho (PL-RJ), que reclamou à **Folha** que o texto estava sendo discutido em uma "confraria do PT".

Outros líderes fizeram reclamações semelhantes ao presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O parlamentar relatou a interlocutores de Lula que muitos senadores criticaram a condução da articulação política do governo eleito, e estão se sentindo excluídos por não terem sido procurados.

Depois das críticas, Rocha e Portinho conversaram nesta quinta. O parlamentar do PL disse que o governo eleito "perdeu tempo", mas afirmou que a base de Bolsonaro está disposta a conversar sobre a manutenção do Auxílio Brasil no valor de R$ 600 e sobre a recomposição do salário mínimo.

O líder do governo atual reclamou, no entanto, do prazo de quatro anos para o benefício social ser mantido fora do teto e cobrou uma definição acerca do Ministério da Economia. Portinho também criticou a intenção da equipe de Lula de votar a PEC na CCJ e no plenário do Senado no mesmo dia.

Há uma preocupação com o prazo apertado para aprovar a PEC. No cenário mais otimista, com pouca obstrução da oposição bolsonarista, o texto seria promulgado em três semanas. O grupo com líderes do Senado e da Câmara ajudaria a conciliar posições e aparar eventuais arestas.

Líderes do Congresso já articulam outra alteração no texto da PEC. Eles querem dar poder ao Legislativo para também definir como serão gastos os recursos a serem liberados no Orçamento de 2023.

Um artigo incluído na versão preliminar da PEC prevê que apenas o governo de transição poderá indicar mudanças no projeto de Orçamento para prever quais programas receberão os R$ 105 bilhões de despesas a serem liberados.

O dispositivo irritou principalmente aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O argumento de parlamentares é que esse mecanismo é uma espécie de antecipação de mandato de Lula e que cabe ao Congresso aprovar o Orçamento. Portanto, deputados e senadores também devem ter o poder na distribuição dos recursos.

Pela versão costurada por Alckmin, que coordena a transição, o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), seria o responsável por acatar ou não as indicações do governo eleito. Castro é aliado de Lula.

Uma ideia que vem sendo debatida por líderes do centrão é retirar todo esse dispositivo ou dar o mesmo poder de Castro ao presidente da CMO (comissão mista de Orçamento), deputado Celso Sabino (União Brasil-PA), que é próximo de Lira.

A equipe de Lula quer usar esses recursos para conceder um aumento real (acima da inflação) para o salário mínimo em 2023. **Thiago Resende, Julia Chaib, Idiana Tomazelli, Thaísa Oliveira, Matheus Teixeira e Danielle Brant**

Mantega deixa equipe de transição após reação de mercados a PEC e falas de Lula

SÃO PAULO SHARM EL-SHEIKH (EGITO) O ex-ministro Guido Mantega comunicou nesta quinta (17) sua renúncia à equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em carta endereçada ao vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), que comanda os trabalhos, o ex-titular da Fazenda apontou a intenção de adversários em "tumultuar" e "criar dificuldades para o novo governo" como uma das razões para o seu afastamento.

Mantega foi anunciado na semana passada como integrante do grupo técnico responsável pelo planejamento, orçamento e gestão na equipe de transição.

Por estar inabilitado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) a exercer cargo em comissão ou função de confiança na administração pública federal por punição envolvendo o caso das pedaladas fiscais, no entanto, sua participação se daria de forma voluntária.

Esse não era o único ruído: sua presença na equipe de transição simbolizava o período em que ditou as normas e adotou uma política desenvolvimentista. O declínio posterior da economia desgastou sua imagem, e hoje Mantega sofre forte resistência de setores do mercado financeiro.

Na carta de renúncia enviada ao vice-presidente eleito, o ex-ministro classifica a decisão do TCU que o afastou da vida pública como injusta.

A notícia amenizou as perdas observadas durante o dia no mercado financeiro doméstico, que refletiram a proposta do futuro governo de furar o teto de gastos para pagar o Bolsa Família e as declarações de Lula sobre a reação de investidores.

A divulgação da renúncia de Mantega coincidiu com um salto do Ibovespa, que saiu dos 107.668 pontos às 16h46, para fechar o dia aos 109.702 pontos, às 18h20. Isso não foi suficiente, porém, para evitar a queda de 0,49% do indicador de referência para as ações brasileiras, negociadas ao longo do dia sob a pressão da perspectiva de ampliação dos gastos públicos.

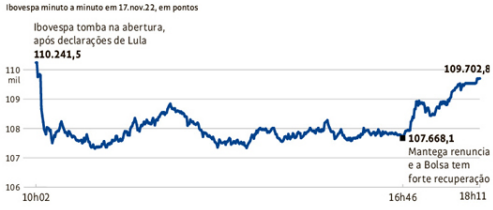
Pela manhã, porém, o Ibovespa chegou a ceder mais de 2%, recuando a 107.245 pontos.

Lula defendeu nesta quinta, durante um discurso na COP27 com representantes da sociedade civil brasileira, furar o teto de gastos para conseguir financiar programas sociais.

"Se eu falar isso vai cair a Bolsa, vai aumentar o dólar? Paciência", disse Lula na conferência do clima da ONU que ocorre em Sharm el-Sheikh, no Egito. O petista afirmou ainda que a flutuação dos índices não acontece "por causa das pessoas sérias, mas por conta dos especuladores que ficam especulando todo santo dia".

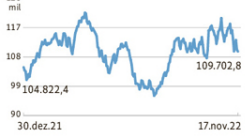
Mercado reage a declarações de Lula e renúncia de Mantega

Ibovespa minuto a minuto em 17.nov.22, em pontos



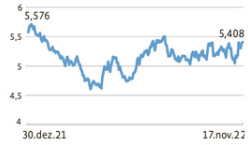
Bolsa no acumulado de 2022

Ibovespa, em pontos



Dólar no acumulado de 2022

Em R$



Fonte: CMA

"Quando você coloca uma coisa chamada teto de gastos, tudo que acontece é você tirar dinheiro da saúde, tirar dinheiro da educação, tirar dinheiro da ciência e tecnologia, tirar dinheiro da cultura. Você tenta desmontar tudo aquilo que faz parte do social. E você não mexe em um centavo do sistema financeiro. Você não mexe um centavo daquele juro que os banqueiros têm que receber", afirmou o presidente eleito.

O dólar, cujas negociações terminam às 17h, fechou com alta 0,44%, cotado a R$ 5,408. A alta da moeda americana também foi suavizada em relação à abertura do mercado de câmbio, quando a divisa disparou mais de 2% e atingiu um pico de R$ 5,53.

Antes da notícia sobre a renúncia de Mantega se espalhar, porém, os indicadores do mercado vinham melhorando aos poucos. Analistas atribuíram isso aos ajustes que investidores promoveram em suas carteiras conforme avaliaram os setores que podem ser mais ou menos prejudicados pela mudança nas expectativas quanto à economia do país, mas também consideraram que alguns sinais da equipe de transição e do Congresso podem ter ajudado a acalmar o mercado.

"O mais simbólico é o ajuste de posição em relação a empresas que se beneficiariam da queda dos juros, que por sinal devem voltar a subir, então, o movimento de hoje representa também ajuste de carteira dos gestores", disse Idean Alves, sócio e chefe da mesa de operações da Ação Brasil Investimentos.

A renúncia de Mantega foi apontada por Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos, e por Ubirajara Silva, gestor da Galapagos Capital, como um fator que contribuiu para acalmar investidores.

Beyruti ainda pontuou que as declarações de Lula tiveram impacto ainda na abertura do mercado, o que deu tempo para ajustes ao longo do dia. Ele também destacou que o mercado passou a considerar que a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição não passará sem alterações pelo Senado.

"Em um segundo momento, tivemos um discurso do [ex-ministro petista] Aloizio Mercadante, que mostrou alguma intenção de revisar gastos e cortar subsídios", completou Beyruti.

Além disso, o mercado doméstico já vinha de um dia de prejuízos. Na quarta (16), o Ibovespa tombou 2,58% e o dólar avançou 1,52% enquanto a PEC era aguardada. O texto só foi apresentado à noite. Em mais um dia de acentuada elevação, a taxa DI (depósitos interbancários) para 2024 oscilava em torno dos 14% ao ano na tarde desta quinta.

"Os juros sobem com a ideia de que o Brasil pode ter um problema fiscal devido à intenção do governo de aumentar os gastos", comentou Piter Carvalho, economista-chefe da Valor Investimentos. "Já que o país quer gastar mais, o investidor cobra um prêmio maior." No exterior, o cenário também não foi positivo. Pelo segundo dia seguido, os principais mercados de ações mundiais negociavam com quedas moderadas, o que também criava uma tendência ainda mais desfavorável para a Bolsa brasileira, com forte presença de investidores estrangeiros. **Mônica Bergamo, Clayton Castelani, Ana Carolina Amaral e Phillippe Watanabe**

Governo terá superávit e reduzirá dívida, mas não em 24 horas, afirma Alckmin

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), disse nesta quinta-feira (17) que o futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai trabalhar em um plano para cortar despesas e buscar a retomada do superávit primário para reduzir o endividamento público, mas que isso não se faz em 24 horas.

"Haverá superávit primário, haverá redução da dívida, mas isso não se faz em 24 horas. Isso se faz com o tempo", afirmou a um grupo de jornalistas durante uma pausa nos trabalhos da transição de governo, no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil).

O vice eleito, que também coordena a transição, prometeu a apresentação de uma espécie de "plano de voo" com as futuras ações do novo governo —o que inclui cortes de despesas e aprovação de uma reforma tributária "no menor espaço possível de tempo" para buscar simplificação e impulsionar o crescimento.

As declarações são uma tentativa de diminuir o nervosismo no mercado financeiro após o governo eleito entregar ao Congresso a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, que retira quase R$ 200 bilhões do teto de gastos para abrir espaço a despesas como o Bolsa Família de R$ 600, o benefício adicional de R$ 150 a crianças de até seis anos e investimentos públicos.

Os investidores temem que a ampliação das despesas gere um descontrole da dívida pública e cobram da transição a apresentação de medidas para garantir a sustentabilidade das contas.

"Eu não vejo a razão para esse estresse. O foco tem que ser no crescimento da economia, e para isso o Estado brasileiro precisa funcionar", afirmou Alckmin. O vice eleito avaliou a reação dos mercados à PEC como "momentânea".

Ele afirmou que a "prioridade absoluta" do novo governo é garantir a continuidade dos pagamentos do Bolsa Família. A proposta de Orçamento de 2023 é considerada "inexequível" por ter recursos suficientes apenas para um benefício médio de R$ 405 às famílias, além de cortes em programas de habitação e o Farmácia Popular.

Segundo o vice eleito, o esforço de negociar a PEC para assegurar a transferência de renda "não exclui a responsabilidade fiscal". Ele também destacou que os R$ 175 bilhões previstos para o programa social e os R$ 23 bilhões para investimentos estimados fazem parte de um "anteprojeto" e que nem todo o espaço fiscal obtido será necessariamente consumido.

Com a exclusão do Bolsa Família do teto, o novo governo teria R$ 105 bilhões dentro do limite de despesas para redistribuir a outras áreas.

"O governo fez um anteprojeto, uma proposta que não fala em números. Ela tem um conceito: eu não quero mais discutir esse negócio de não ter dinheiro para a rede de proteção social, então eu excluo isso [do teto de gastos]. Agora, a LOA [Lei Orçamentária Anual] vai detalhar [...]. O governo, não quer dizer que ele vai gastar. Isso é uma autorização, até. É um teto, até esse valor", disse.

O vice eleito afirmou ainda não ver ameaças ao avanço da PEC e disse que a equipe vai trabalhar "no convencimento" dos parlamentares.

SENADOR DO PT FALA EM 'CRIATIVIDADE' PARA NOVAS RECEITAS

Jaques Wagner (PT-BA) criticou a reação do mercado às falas de Lula contra o teto fiscal e disse que o novo governo saberá equilibrar austeridade e questões sociais. Também afirmou que o novo governo terá "criatividade" para criar novas receitas. A expressão normalmente provoca reação no mercado, pois pode implicar criação de impostos ou mesmo contabilidade criativa. "Seguramente nós teremos criatividade para criar novas receitas para fazer [as promessas de governo]. Agora, para encontrar novas receitas tem que estar disposto a ir procurar", afirmou.

Alckmin prometeu também a apresentação do plano de voo com as medidas que serão adotadas pelo novo governo para manter a sustentabilidade das contas.

"Primeiro ponto, o governo vai atuar do lado da despesa, cortando gastos que possam ser cortados", disse. Ele deu como exemplo a possibilidade de fazer um pente-fino em contratos do governo federal.

Também defendeu a necessidade de fazer uma avaliação permanente de gastos e desonerações tributárias. "Tudo precisa ser permanentemente avaliado, o gasto e a receita. O que não é avaliado não é bem gerido", afirmou. "A questão do ajuste fiscal é permanente. Não é 'fiz em 24 horas' e acabou. Permanentemente você está ajustando."

Alckmin disse ainda que o governo "vai discutir" uma proposta de reforma no arcabouço de regras fiscais, para substituir o teto de gastos, mas afirmou que "a coisa vem a seu tempo". À jornalista Miriam Leitão, ele detalhou que uma das ideias do governo eleito será a de tirar o teto de gastos da Constituição para refazê-lo em lei ordinária.

Outra prioridade, segundo o vice eleito, é a reforma tributária. "A reforma tributária, ela é essencial", disse. "É uma situação muito boa, você tem duas PECs muito próximas uma da outra, ambas buscam simplificar, substituindo inúmeros tributos por um IVA [Imposto sobre Valor Agregado]."

A reforma administrativa também está nos planos, disse. "Vai ter muita coisa que vai ser feita em termos de gestão. Agora, cada coisa a seu tempo", afirmou. Outro ponto destacado por Alckmin é a busca por acordos internacionais.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 13 e 14

Copyright © Clipclap 2025.